



Estratégia
CONCURSOS

RETA FINAL

PRF

4º SIMULADO



4º Simulado PRF 2019

Nome: _____

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PRF para o cargo de **Policial Rodoviário Federal**;
- 2 – A prova contém **120 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Gerais e Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, o Cespe/Cebraspe;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – (C) (E) | 25 – (C) (E) | 49 – (C) (E) | 73 – (C) (E) | 97 – (C) (E) |
| 02 – (C) (E) | 26 – (C) (E) | 50 – (C) (E) | 74 – (C) (E) | 98 – (C) (E) |
| 03 – (C) (E) | 27 – (C) (E) | 51 – (C) (E) | 75 – (C) (E) | 99 – (C) (E) |
| 04 – (C) (E) | 28 – (C) (E) | 52 – (C) (E) | 76 – (C) (E) | 100 – (C) (E) |
| 05 – (C) (E) | 29 – (C) (E) | 53 – (C) (E) | 77 – (C) (E) | 101 – (C) (E) |
| 06 – (C) (E) | 30 – (C) (E) | 54 – (C) (E) | 78 – (C) (E) | 102 – (C) (E) |
| 07 – (C) (E) | 31 – (C) (E) | 55 – (C) (E) | 79 – (C) (E) | 103 – (C) (E) |
| 08 – (C) (E) | 32 – (C) (E) | 56 – (C) (E) | 80 – (C) (E) | 104 – (C) (E) |
| 09 – (C) (E) | 33 – (C) (E) | 57 – (C) (E) | 81 – (C) (E) | 105 – (C) (E) |
| 10 – (C) (E) | 34 – (C) (E) | 58 – (C) (E) | 82 – (C) (E) | 106 – (C) (E) |
| 11 – (C) (E) | 35 – (C) (E) | 59 – (C) (E) | 83 – (C) (E) | 107 – (C) (E) |
| 12 – (C) (E) | 36 – (C) (E) | 60 – (C) (E) | 84 – (C) (E) | 108 – (C) (E) |
| 13 – (C) (E) | 37 – (C) (E) | 61 – (C) (E) | 85 – (C) (E) | 109 – (C) (E) |
| 14 – (C) (E) | 38 – (C) (E) | 62 – (C) (E) | 86 – (C) (E) | 110 – (C) (E) |
| 15 – (C) (E) | 39 – (C) (E) | 63 – (C) (E) | 87 – (C) (E) | 111 – (C) (E) |
| 16 – (C) (E) | 40 – (C) (E) | 64 – (C) (E) | 88 – (C) (E) | 112 – (C) (E) |
| 17 – (C) (E) | 41 – (C) (E) | 65 – (C) (E) | 89 – (C) (E) | 113 – (C) (E) |
| 18 – (C) (E) | 42 – (C) (E) | 66 – (C) (E) | 90 – (C) (E) | 114 – (C) (E) |
| 19 – (C) (E) | 43 – (C) (E) | 67 – (C) (E) | 91 – (C) (E) | 115 – (C) (E) |
| 20 – (C) (E) | 44 – (C) (E) | 68 – (C) (E) | 92 – (C) (E) | 116 – (C) (E) |
| 21 – (C) (E) | 45 – (C) (E) | 69 – (C) (E) | 93 – (C) (E) | 117 – (C) (E) |
| 22 – (C) (E) | 46 – (C) (E) | 70 – (C) (E) | 94 – (C) (E) | 118 – (C) (E) |
| 23 – (C) (E) | 47 – (C) (E) | 71 – (C) (E) | 95 – (C) (E) | 119 – (C) (E) |
| 24 – (C) (E) | 48 – (C) (E) | 72 – (C) (E) | 96 – (C) (E) | 120 – (C) (E) |

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA****Texto I**

Poligamia é o nome dado ao casamento entre um homem e três ou mais mulheres. A relação entre um homem e duas mulheres é referida geralmente como bigamia, e a relação entre uma mulher e vários homens recebe o nome de poliginia ou poliandria. O termo tem origem na língua grega, e é a combinação das palavras polis (muitos) e gamos (matrimônio). No reino animal, a poligamia se refere à relação em que os animais estabelecem mais de um vínculo sexual no período de reprodução.

10 Nos dias atuais, mesmo considerada prática ilegal na maioria dos países, é perfeitamente legal ter várias esposas em mais de 50 países, e, em outros 20, a poligamia não está incluída nas leis, mas é culturalmente aceita. Apesar disso, no mundo todo, a poligamia está evidente desuso, devido à influência da cultura moderna ocidental e de ideias da noção de igualdade entre os sexos. Somado a isso, há ainda o efeito da influência do cristianismo, que condena a prática por considerá-la pecado, já que vai contra o sacramento do Matrimônio. No catolicismo, a poligamia é equiparada ao adultério e entra em contradição com a igual dignidade do homem e da mulher.

15 Certas religiões, com destaque para alguns grupos mórmons e os muçulmanos, aceitam naturalmente a poligamia. De fato, boa parte dos países que seguem a lei islâmica, a sharia, permite oficialmente a prática. O Alcorão permite ao homem ter até quatro cônjuges, limite que foi "copiado" por boa parte das legislações favoráveis à prática. Dentro da filosofia islâmica, a lógica é de que o homem é polígamo por natureza, enquanto que a mulher possui a tendência de permanecer com um só parceiro. Assim, para evitar uma situação hipócrita de relações extraconjugais, a poligamia é considerada como natural dentro das comunidades de religião muçulmana.

20 Em sociedades mais tradicionais da África subsaariana, a poligamia existe sem estar necessariamente relacionada a questões religiosas. Mais do que ser aceita, ela é até mesmo incentivada entre os homens, pois as crianças são valorizadas nessas sociedades, e a procriação é considerada uma razão para a prática da poligamia e outras formas de casamento que poderiam ser consideradas mais ou menos estranhas pela perspectiva de outras culturas.

35 Para os críticos desses costumes tradicionais, há consequências nada positivas, como a criação de uma competição entre as diversas esposas, que lutam por direitos relacionados à gravidez, ao parto e à maternidade, sendo assim pressionadas a dar à luz herdeiros do sexo masculino, pois estão inseridas numa sociedade patriarcal.

A respeito de aspectos linguísticos e semânticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Depreende-se das informações do texto que a poligamia pode ser conceituada como a união matrimonial de um mesmo homem com mais de uma mulher.

02. Infere-se do texto que a poligamia é prática considerada perfeitamente legal na minoria dos países, sendo considerada ilegal nos demais. Portanto, o texto apresenta a monogamia como o regime matrimonial mais comum.

03. O autor menciona alguns termos específicos e sua etimologia; no entanto, não traz o nome específico para o casamento de uma mulher com dois homens nem do casamento entre várias pessoas do mesmo gênero.

04. De acordo com o texto, nos países onde a poligamia não é proibida, tal prática é aceita e até incentivada por razões de cunho religioso.

05. De acordo com as informações do texto, os grupos religiosos que aceitam a poligamia a legitimam na lógica de que o homem é polígamo por natureza, enquanto a mulher possui a tendência de permanecer com um só parceiro. Portanto, a poligamia serviria para evitar uma situação hipócrita de relações extraconjugais.

06. O texto em tela é predominantemente dissertativo.

07. O vocábulo "mais" (l.2 e 38) é morfologicamente classificado como advérbio nos fragmentos "mais mulheres" (l.2) e "mais ou menos" (l.38).

08. Sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos do texto, a vírgula após "grega" (l.5) poderia ser suprimida.

09. Sem prejuízo à correção gramatical e aos sentidos do texto, a forma verbal "seguem" (l.23) poderia ser flexionada no singular. Alternativamente, também seria correto flexionar a forma verbal "permite" (l.24 - Primeira ocorrência) no plural.

10. Manteria a correção gramatical do texto a substituição de "em que" (l.7) por "na qual" ou "onde".

Considerando as disposições previstas no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os próximos itens.

11. Exposição de motivos (EM) é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: propor alguma medida, submeter projeto de ato normativo à sua consideração ou informá-lo de determinado assunto.

12. Os pronomes de tratamento apresentam certas peculiaridades quanto às concordâncias verbal, nominal e pronominal. Embora se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala), levam a concordância para a terceira pessoa. Portanto, deve-se grafar: Vossa Senhoria designará seu substituto. (E não "Vossa Senhoria designará vosso substituto")

- 13.** Quanto aos adjetivos referidos aos pronomes de tratamento, o gênero gramatical deve coincidir com o sexo da pessoa a que se refere, e não com o substantivo que compõe a locução. Portanto, se o interlocutor for homem, o correto é: Vossa Excelência está atarefado. Se o interlocutor for mulher: Vossa Excelência está atarefada.
- 14.** O parágrafo de conclusão de um documento oficial que responda a um pedido de encaminhamento deve iniciar com referência ao expediente que solicitou o encaminhamento.
- 15.** Excluídas as comunicações assinadas pelos chefes de poder, todas as demais comunicações oficiais devem informar o signatário.

MATEMÁTICA

A Polícia Rodoviária Federal fez uma amostra do número de acidentes em um determinado trecho de rodovia no ano de 2017, conforme tabela a seguir.

Mês	Nº de acidentes
Janeiro	36
Fevereiro	28
Março	12
Abril	5
Maió	3
Junho	2
Julho	2
Agosto	4
Setembro	9
Outubro	11
Novembro	22
Dezembro	38

Suponha que a PRF tenha continuado a pesquisa ao longo de 2018. Ao acessar os dados dos anos 2017 e 2018, o PRF Herbert Richers Almeida percebeu que as quantidades de acidentes registrados por mês a partir de novembro de 2017 formam uma progressão aritmética.

Com base na tabela e nas informações acima, julgue os itens a seguir.

- 16.** A moda dessa amostra referente ao ano de 2017 é superior a 35.
- 17.** A média mensal dos acidentes registrados em 2017 é inferior a 15.
- 18.** O desvio padrão amostral referente aos meses de 2017 é um número menor do que 14.
- 19.** A fim de fazer um estudo sobre as causas dos acidentes no ano de 2017, a PRF elaborou 172 relatórios, um para cada um dos acidentes mencionados na tabela acima, contendo as informações das vítimas e

as condições em que ocorreu o acidente. Um relatório foi escolhido aleatoriamente dentre os citados acima. Sabendo que o relatório sorteado é referente a um acidente ocorrido no segundo semestre do ano de 2017, a probabilidade de esse relatório corresponder a um acidente ocorrido no mês de novembro é inferior a 13%.

- 20.** O total de acidentes registrados em 2018 foi superior a 1700.
- 21.** As quantidades de acidentes referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017 são inversamente proporcionais aos números 7, 9 e 21.
- 22.** A mediana das quantidades de acidentes em 2018 é inferior a 150.

ESPAÇO PARA CÁLCULOS

INFORMÁTICA

- 23.** A internet pode ser considerada uma rede cliente/servidor em que todos os computadores funcionam simultaneamente como clientes e como servidores consumindo e oferecendo serviços.
- 24.** O usuário que desejar impedir que cookies sejam armazenados em seu computador poderá fazê-lo por meio da utilização de uma janela anônima de navegação.
- 25.** Integridade, confidencialidade e disponibilidade – princípios fundamentais de segurança da informação – são garantidos pelo uso da criptografia de chave pública.
- 26.** Renato da Costa – professor vascaíno de informática – recebe um e-mail com uma mensagem solicitando que ele atualize seus dados cadastrais na página de seu Internet Banking. Renato clica no link apresentado no corpo do e-mail que o leva para uma página web praticamente idêntica à página verdadeira do banco em questão criada por um usuário mal intencionado. Essa é a abordagem típica de um ataque conhecido como Spoofing.
- 27.** Renato da Costa deseja calcular a média das notas das provas de seus alunos e, para tal, decide utilizar uma planilha eletrônica do Excel. Uma das maneiras de fazer esse cálculo seria utilizar a função =MED() e utilizar como parâmetros as notas dos alunos.
- 28.** É sabido que a intranet e a extranet utilizam as mesmas tecnologias e protocolos de comunicação. Já a internet possui um conjunto diferente de tecnologias, em especial a Arquitetura TCP/IP.
- 29.** IMAP é um protocolo de comunicação incapaz de permitir que mensagens armazenadas em um servidor de correio eletrônico não sejam acessadas a partir de qualquer dispositivo, em contraste com o POP.
- 30.** Dentre as formas de exibição de ícones do Explorador de Arquivos, temos: Ícones Extra Grandes, Ícones Grandes, Ícones Médios, Ícones Pequenos, Lista, Detalhes, Lado a Lado e Conteúdo.

FÍSICA

O texto abaixo refere-se às questões 31 e 32:

A velocidade escalar de um automóvel num determinado referencial é descrito pela função: $V = 40 - 4t$ dada em m/s. No instante inicial, o automóvel se encontra na origem do referencial. Acerca da situação acima, julgue os itens que seguem.

- 31.** No instante $t = 8s$, o movimento é retardado.

- 32.** O módulo da velocidade média do móvel, entre os instantes $t = 8s$ e $t = 10s$ é 4m/s.

- 33.** O termo colisão representa um evento durante o qual duas partículas se aproximam e interagem por meio de forças que são consideradas como muito maiores que quaisquer forças externas presentes. Um bloco A, de massa igual a 0,4kg, inicialmente em repouso na horizontal, em uma superfície sem atrito, é atingido por um bloco B de 0,2kg, que se movimenta ao longo do eixo X com uma velocidade de 2,0m/s. Após a colisão, o bloco B atinge uma velocidade de 0,4m/s, no sentido oposto ao inicial.

Com base nessas informações, julgue o item abaixo.

A energia cinética perdida na colisão, em mJ é igual a 96.

ESPAÇO PARA CÁLCULOS

34. Dois carros de 1,5 tonelada, cada um, sofrem uma colisão frontal. Imediatamente, antes da colisão, o primeiro carro viajava a 72km/h no sentido norte de uma estrada retilínea, enquanto o segundo carro viajava na contramão da mesma estrada com velocidade igual a 36km/h no sentido sul. Considere que a colisão foi perfeitamente inelástica. Julgue o item abaixo.

A velocidade dos carros após a colisão vale 5m/s, para o sul.

O texto abaixo refere-se às questões 35 e 36.

Para fazer ultrapassagens em estradas de pista simples é necessário trafegar pela contramão. Para uma manobra segura o condutor deve iniciar a ultrapassagem indo para a pista contrária quando a dianteira do seu veículo estiver a uma distância de 10 metros da traseira do veículo da frente e voltar para a pista quando a sua traseira estiver 5 metros à frente da dianteira do outro veículo. Considere um carro de 5 metros de comprimento, viajando a 108km/h que deseja ultrapassar um caminhão de 30 metros de comprimento trafegando a 72km/h. Sobre essa manobra, julgue os itens abaixo. (Obs.: desconsidere os movimentos laterais do carro).

35. O tempo entre o início e o fim da manobra será de 5 segundos.

36. Se quiser ultrapassar o caminhão na metade do tempo que levaria nas condições citadas, o carro precisaria dobrar a sua velocidade.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

37. André, servidor que já conta com mais de 40 anos de serviço, sempre teve facilidade na elaboração de planilhas e cálculos feitos em papel. No entanto, sempre foi refratário ao uso do computador. Ocorre que a planilha elaborada da forma como ele faz consome três vezes mais tempo do que uma planilha feita em computador, o que está gerando acúmulo de serviço e prejudicando o andamento dos trabalhos. Nessa situação, André está incorrendo em uma vedação imposta pelo Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

38. Constitui dever do servidor público do Poder Executivo federal manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes aos órgãos públicos.

39. As virtudes morais, baseadas na vontade, consistem no controle das paixões, características dos movimentos espontâneos do caráter humano.

ESPAÇO PARA CÁLCULOS

GEOPOLÍTICA

Considerando os múltiplos aspectos relacionados a geopolítica brasileira, julgue os itens a seguir:

- 40.** Por se caracterizar como um país de exportações de matérias-primas e produtos semi-manufaturados e com baixo grau de industrialização, conhecimento e tecnologia agregados aos produtos, o Brasil apresenta poucos reflexos da globalização.
- 41.** As grandes corporações multinacionais constituem, atualmente, um dos mais importantes agentes da reorganização do espaço capitalista no território brasileiro, exercendo papel fundamental nas políticas públicas de melhorias da estrutura urbana e da qualidade de vida.
- 42.** Análises dos fluxos migratórios da população no território brasileiro, no século XXI, apontam o aumento das migrações intrarregionais e dos fluxos urbano-urbano.
- 43.** A participação da população migrante sobre a população local tem maior expressão nas áreas de fronteira agropecuária, onde a expansão da produção tem gerado o aumento do emprego e da renda junto da degradação do meio natural.
- 44.** Com a chegada do capital estrangeiro ao campo, a agricultura de precisão e a biotecnologia têm sido superadas pelo agronegócio.
- 45.** A urbanização brasileira resultou em uma complexa hierarquia urbana, na qual as metrópoles brasileiras convivem com uma rede densa de cidades médias, onde está situada a maior parte da população urbana.

Com relação a urbanização da sociedade e a cultura de massas, julgue os itens a seguir:

- 46.** A lógica de consumo produzida pela ação combinada das empresas e da indústria cultural incita nas pessoas a busca pela subjetividade, que redundando em um consumismo desenfreado. Nesse contexto, uma cultura superficial e geral, globalizada, passa a ser referência social.
- 47.** A cultura de massas está relacionada com o mundo urbano e globalizado em que vivemos. Nesse contexto, muitos movimentos sociais locais e tribos surgem e acabam se espalhando pelo mundo, como o movimento punk e a cultura do hip hop.

HISTÓRIA DA PRF



A Policial Rodoviário Federal Maria Alice Nascimento de Souza foi a primeira mulher a assumir cargo de chefia na Polícia Rodoviária Federal. Ela entrou na PRF na década de 1980, como motociclista. Seu estilo arrojado de trabalho inspirou a personagem "Alice, a Patrulheira", de uma história em quadrinhos que fez sucesso nos anos 1990.

Considerando que a imagem e o texto acima têm caráter unicamente motivador e os múltiplos aspectos a eles relacionados, julgue os itens a seguir:

- 48.** Foi somente cinquenta anos após a sua fundação que a PRF recebeu as primeiras policiais em seus quadros.
- 49.** No concurso realizado em 1978, com vagas distribuídas para todo Brasil, cinco mulheres foram aprovadas.
- 50.** O edital do concurso de 1978 foi o primeiro a fazer menção ao gênero feminino.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO**

- 51.** Sobre as penalidades previstas no **Código de Trânsito Brasileiro (CTB)**, julgue o item a seguir. Uma das possibilidades de cassação do documento de habilitação dá-se quando, suspenso o direito de dirigir, o infrator conduzir qualquer veículo.
- 52.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. As provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, só poderão ser realizadas mediante prévia permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via e dependerão de: autorização expressa da respectiva confederação desportiva ou de entidades estaduais a ela filiadas; caução ou fiança para cobrir possíveis danos materiais à via; contrato de seguro contra riscos e acidentes em favor de terceiros; e prévio recolhimento do valor correspondente aos custos operacionais em que o órgão ou entidade permissionária incorrerá.
- 53.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. Toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produto oriundo da indústria automobilística ou afim, incluirá, obrigatoriamente, mensagem educativa de trânsito a ser conjuntamente veiculada. Entretanto, aplica-se à propaganda de natureza comercial, veiculada por iniciativa do fabricante do produto, em qualquer das seguintes modalidades: rádio; televisão; jornal; revista; e outdoor.
- 54.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. O órgão de trânsito poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.
- 55.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. Aos guindastes autopropelidos ou sobre caminhões poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo de 12 meses, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.
- 56.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. O veículo que tiver alterada sua categoria para competição ou finalidade análoga só poderá circular nas vias públicas com licença especial da autoridade de trânsito, em itinerário e horário fixados.
- 57.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos: ter idade superior a vinte e um anos; ser habilitado na categoria D; não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima durante os doze últimos meses; ser aprovado em curso especializado, aprovado pelo DETRAN.
- 58.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. O trator de esteira e o trator misto ou o equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou de pavimentação só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.
- 59.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. O candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem: de aptidão física e mental; noções de primeiros socorros; escrito, sobre legislação de trânsito; e de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se.
- 60.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. Conduzir o veículo com equipamento ou acessório proibido é infração gravíssima.
- 61.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. O infrator será submetido a curso de reciclagem a qualquer tempo, quando determinado pela autoridade de trânsito.
- 62.** Julgue o item com base na legislação de trânsito e nas principais jurisprudências. Desobediência à ordem de parada dada pela autoridade de trânsito, através de seus agentes, por policiais ou outros agentes públicos no exercício de atividades relacionadas ao trânsito, constitui crime de desobediência.
- 63.** Julgue o item com base na legislação de trânsito e nas principais jurisprudências. Os crimes de embriaguez ao volante e o de lesão corporal culposa em direção de veículo automotor são autônomos. Assim, o primeiro não é meio normal nem fase de preparação ou de execução para o cometimento do segundo, não havendo falar em aplicação do princípio da consunção.
- 64.** Julgue o item com base na legislação de trânsito e nas principais jurisprudências. A responsabilidade solidária do ex-proprietário, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação.
- 65.** Julgue o item com base na legislação de trânsito. Não sendo possível sanar a falha no local da infração, o veículo, desde que ofereça condições de segurança para circulação, poderá ser liberado e entregue a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra apresentação de recibo, assinalando-se prazo razoável ao condutor para regularizar a situação, para o que se considerará, desde logo, notificado.

66. Julgue o item com base na legislação de trânsito. A critério do agente, não se dará a retenção imediata, quando se tratar de veículo de transporte coletivo transportando passageiros ou veículo transportando produto perigoso ou perecível, desde que ofereça condições de segurança para o condutor.

67. Julgue o item com base na legislação de trânsito. Caso o proprietário ou o condutor não esteja presente no momento da remoção do veículo, a autoridade de trânsito, no prazo de 30 dias contado da data da remoção, deverá expedir ao proprietário a notificação, por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência, e, caso reste frustrada, a notificação poderá ser feita por edital.

68. Julgue o item com base na legislação de trânsito. O proprietário poderá indicar ao órgão executivo de trânsito o principal condutor do veículo, o qual, após aceitar a indicação, terá seu nome inscrito em campo próprio no RENACH.

69. Julgue o item com base na legislação de trânsito. As montadoras, encarroçadoras, os importadores e fabricantes, ao comercializarem veículos automotores de qualquer categoria e ciclos, são obrigados a fornecer, no ato da comercialização do respectivo veículo, manual contendo normas de circulação, infrações, penalidades, direção defensiva, primeiros socorros e Anexos do Código de Trânsito Brasileiro.

70. Julgue o item com base na legislação de trânsito. O veículo apreendido ou removido a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão, a ser realizado preferencialmente por meio eletrônico. Assim, publicado o edital do leilão, a preparação poderá ser iniciada após trinta dias, contados da data de recolhimento do veículo, o qual será classificado em duas categorias: conservado, quando apresenta condições de segurança para trafegar; e sucata, quando não está apto a trafegar.

RESOLUÇÕES DO CONTRAN

71. Segundo o estabelecido na **Resolução CONTRAN nº 441/2013**, as cargas transportadas deverão estar totalmente cobertas por lonas ou dispositivos similares, que deverão cumprir os seguintes requisitos: possibilidade de acionamento manual, mecânico ou automático; estar devidamente ancorados à carroçaria do veículo; cobrir totalmente a carga transportada de forma eficaz e segura; estar em bom estado de conservação, de forma a evitar o derramamento da carga transportada; e possibilitar o fácil carregamento e descarregamento da carga transportada.

72. De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, que regulamenta a fiscalização de trânsito por intermédio de videomonitoramento em vias públicas a autoridade ou o agente da autoridade de trânsito, responsável pela lavratura do auto de infração, decorrente de infração detectada pelos sistemas de videomonitoramento, tem a obrigação de informar no campo "observação" do auto de infração a forma com que foi constatado o cometimento da infração.

Julgue os item a seguir, de acordo com o que versa a **Resolução CONTRAN nº 520/2015**.

73. A Autorização Especial de Trânsito (AET), fornecida pelo Órgão Executivo Rodoviário da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal com circunscrição sobre a via, terá validade máxima de 01 (um) ano e conterá, dentre outros elementos: a identificação do órgão emissor; a identificação e características do(s) veículo(s); o prazo de validade; e a obrigatoriedade ou não de escolta especializada, conforme exigido no registro.

74. De acordo com a **Resolução 619**, de 2016, do CONTRAN, o parcelamento de multas de trânsito é possível e poderá englobar uma ou mais multas. Nesse contexto, é correto afirmar que a liberação do licenciamento do veículo e a respectiva emissão do Certificado de Registro de Licenciamento do Veículo – CRLV se dará após a aprovação e a efetivação do parcelamento por meio do Cartão de Crédito pela Operadora de Cartão de Crédito.

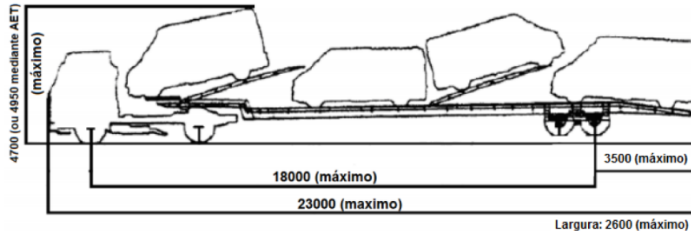
Julgue os itens a seguir, de acordo com Resolução do CONTRAN que dispõe sobre a **uniformização do procedimento administrativo** para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação.

75. É necessário o trânsito em julgado das infrações relacionadas no requerimento do condutor ou a existência da pontuação respectiva no RENACH, para que seja instaurado, analisado e deferido processo do curso preventivo de reciclagem.

76. Cumprido o prazo de suspensão do direito de dirigir, caso o condutor não realize ou seja reprovado no curso de reciclagem, deverá ser mantida a restrição no RENACH, que, contudo, não poderá ser impeditivo para a emissão de Permissão Internacional para Dirigir – PID, já que o condutor apenas a usará quando da condução de veículos no exterior.

Julgue os itens subsecutivos, em relação ao disposto na **Resolução CONTRAN nº 735/18**.

77. Pode-se afirmar que a Combinação de Transporte de Veículo ilustrada na figura abaixo é do tipo "Caminhão trator e semirreboque prancha".



78. Desde que previamente autorizada pelo órgão executivo de trânsito do Estado e do Distrito Federal, será permitida a transformação de Combinações para Transporte de Veículos – CTV para Combinações de Transporte de Veículos e Cargas Paletizadas – CTVP.

O CONTRAN editou Resolução que dispõe sobre **modificações de veículos**. Sobre o disposto nessa norma, julgue o item seguinte.

79. Deverá ser obrigatoriamente exigido o CSV - Certificado de Segurança Veicular dos veículos que sofrerem modificações para viabilizar a condução por pessoa com deficiência ou para aprendizagem em centros de formação de condutores.

Julgue os itens subsecutivos, de acordo com a Resolução CONTRAN que estabelece requisitos mínimos de segurança para o transporte remunerado de passageiros (mototáxi) e de cargas (motofrete) motocicleta e motoneta.

80. Para o exercício das atividades de motofrete e mototáxi, o condutor deverá ter, no mínimo, vinte e um anos de idade, possuir habilitação na categoria "A"; ser aprovado em curso especializado; e estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos.

81. Não é permitida a instalação de caixas laterais como dispositivos de transporte de cargas em motocicletas e motonetas.

82. De acordo com o MBFT – Vol. I, medidas administrativas são providências de caráter complementar, exigidas para a regularização de situações infracionais, sendo, em grande parte, de aplicação momentânea, e têm como objetivo prioritário a penalização do infrator e a inibição de uma futura reincidência infracional.

83. Tendo em vista o disposto no MBFT – Vol. II, é permitida a lavratura do AIT no caso em que o órgão ou entidade de trânsito realize operação (comando) de fiscalização de normas de circulação e conduta, em que

um agente de trânsito constate a infração e informe ao agente que esteja na abordagem.

84. A **Resolução CONTRAN nº 242, de 2007**, dispõe sobre a instalação e utilização de equipamentos geradores de imagens nos veículos automotores. De acordo com essa norma, é proibida a instalação, em veículo automotor, de equipamento capaz de gerar imagens para fins de entretenimento, salvo apenas o caso em que tal equipamento seja instalado de forma que somente os passageiros ocupantes dos bancos traseiros possam visualizar as imagens.

85. No que se refere às regras estabelecidas pela **Resolução CONTRAN nº 254/2007**, é correto afirmar que são inadmissíveis testes realizados no exterior para atestar requisitos dos vidros de segurança de veículos. Para os veículos importados, os testes desses vidros deverão ser realizados no território nacional por empresas devidamente credenciadas pelo DENATRAN.

86. De acordo com a **Resolução 268, de 2008**, do Contran, entende-se por prestação de serviço de urgência os deslocamentos realizados pelos veículos de emergência, em circunstâncias que necessitem de brevidade para o atendimento, sem a qual haverá grande prejuízo à incolumidade pública. Outros veículos não expressos na Resolução, mas que prestem serviço de urgência, gozarão dos mesmos privilégios.

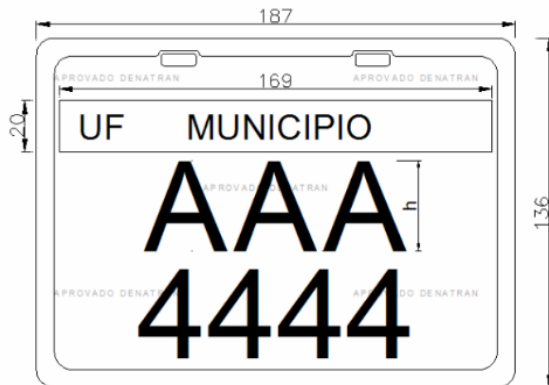
Julgue o próximo item, tendo como base o regulamentado pela Resolução que dispõe sobre requisitos necessários à **circulação de Combinações de Veículos de Carga – CVC**.

87. A unidade tratora das CVC deverá ser dotada de tração dupla, e quando carregada, ser capaz de vencer aclives de 6%, com coeficiente de atrito pneu/solo de 0,45, uma resistência ao rolamento de 11 kgf/t e um rendimento de sua transmissão de 90%, sendo vedada a suspensão de eixos tratores.

88. De acordo com a **Resolução 216, de 2006, do CONTRAN**, para fins de circulação nas vias públicas, na área crítica de visão do condutor e em uma faixa periférica de 2,5 centímetros de largura das bordas externas do para-brisa não devem existir trincas e fraturas de configuração circular. Caso existam, elas podem ser recuperadas, desde que por empresa credenciada junto ao DENATRAN.

89. À luz do que estabelece a **Resolução CONTRAN nº 231/2007**, a figura a seguir ilustra de forma incorreta o modelo de placa de identificação a ser utilizada em motocicletas e motonetas.

Figura nº 2



90. De acordo com a resolução 04, de 1998, do CONTRAN, antes do registro e licenciamento, o veículo novo ou usado incompleto, nacional ou importado, que portar a nota fiscal de compra e venda ou documento alfandegário poderá transitar do pátio da fábrica, da indústria encarregadora ou concessionária e do Posto Alfandegário, ao órgão de trânsito do município de destino, nos quinze dias consecutivos à data do carimbo de saída do veículo, constante da nota fiscal ou documento alfandegário correspondente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre o regime jurídico das licitações e dos atos, poderes e organização administrativa, julgue os itens seguintes.

91. A presunção de veracidade não impede que um ato administrativo seja invalidado caso seja comprovado que os fatos alegados não estão de acordo com a realidade fática alegada para praticá-lo.
92. O exercício do poder disciplinar equipara-se ao poder punitivo do Estado realizado no âmbito penal. Logo, o ordenamento jurídico deve tipificar de forma detalhada a conduta, inexistindo, dessa forma, margem de liberdade para fins de enquadramento da conduta do servidor no tipo legal que define a infração administrativa cometida.
93. Segundo o Supremo Tribunal Federal, com exceção da Ordem dos Advogados do Brasil, os conselhos de fiscalização de atividade profissional são entidades autárquicas federais, motivo pelo qual podem exercer o poder de polícia e se submetem ao dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
94. O leilão é a modalidade de licitação exclusivamente para alienação de bens móveis inservíveis para a administração pública, ou ainda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

Situação hipotética: Gervásio, servidor público federal, sofreu acidente de trânsito e ficou incapacitado para o exercício de sua atividade laboral. No entanto, a junta médica indicou a possibilidade de exercício de outro cargo público, com atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação sofrida. Jussara, também servidora federal, sofreu uma lesão, enquanto exercia as atividades do seu cargo. A junta médica indicou a impossibilidade de recuperação e recomendou a aposentadoria por invalidez, que foi deferida pela autoridade competente. Seis anos depois, Jussara se recuperou da lesão, após passar por um tratamento inovador. Consequentemente, a junta médica indicou a insubsistência dos motivos da aposentadoria por invalidez.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens seguintes:

95. Gervásio poderá ser readaptado, desde que o outro cargo seja de atribuições afins, habilitação equivalente, mesmo nível de escolaridade e haja cargo vago disponível.
96. O retorno de Jussara ocorrerá mediante reversão, independentemente da existência de cargo vago.

DIREITO CONSTITUCIONAL

97. O princípio da reserva legal em matéria penal determina que a tipificação de crimes e a cominação de penalidades sejam realizadas por lei formal, editada pelo Congresso Nacional. Isso não se aplica aos crimes militares, que poderão ser tipificados por decreto presidencial.
98. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado. O direito ao silêncio está presente quando o indiciado ou acusado presta depoimento ao Poder Judiciário, ao Poder Executivo ou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).
99. Brasileiro nato que tiver perdido sua nacionalidade por ter adquirido voluntariamente outra poderá ser extraditado.
100. São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. O reconhecimento da naturalização extraordinária produz efeitos constitutivos, não retroagindo à data do requerimento.
101. O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado resulta na perda da nacionalidade e dos direitos políticos.

102. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

DIREITO PENAL

103. Por adotar, como regra, a teoria da causalidade adequada, o Código Penal estabelece que se considera causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

104. Situação hipotética: José, em estado de sonambulismo, levanta-se de sua cama, e vai até o quarto de seu pai, Moisés, que tem 59 anos de idade. Lá, José abre a carteira do pai e subtrai R\$ 200,00. Ato contínuo, José volta para sua cama, deita-se e continua seu sono. **Assertiva:** neste caso, apesar de se tratar de fato típico e ilícito, José será considerado isento de pena, por ter praticado o crime patrimonial contra ascendente.

105. É incabível tentativa em crime omissivo próprio.

106. Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. O mesmo se aplica à lesão corporal culposa.

107. No crime de resistência, a não realização do ato pelo agente público, após a oposição pelo particular, mediante violência ou ameaça, não é elementar do tipo, embora seja considerada qualificadora.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

108. Situação hipotética: José foi investigado no bojo de inquérito policial pela prática do crime de lesão corporal gravíssima contra Maria. Maria alegava que José, antes de a espancar, havia feito diversas ameaças, mas que não teria como comprovar. Ao final das investigações, o MP entendeu pela insuficiência de elementos de convicção para fundamentar a denúncia, sustentando que, a despeito de comprovada a materialidade, a autoria restava incerta, requerendo o arquivamento do inquérito, o que foi acolhido pelo Juízo. Dois meses após o arquivamento, ainda sem que tivesse havido prescrição ou outra causa de extinção da punibilidade, Maria encontra um e-mail a ela enviado por José na véspera do crime, avisando que ela deveria retomar o relacionamento amoroso com ele, ou sofreria as consequências. **Assertiva:** neste caso, apesar de o arquivamento do inquérito ter se dado por falta de base para a denúncia, somente será possível o desarquivamento se houver notícia de prova nova, pois o e-mail recebido por Maria não pode ser considerado

prova nova, eis que já existia quando do arquivamento do inquérito.

109. Em se tratando de crime de competência da justiça federal, perseguível por ação penal pública incondicionada, é cabível a instauração do inquérito policial ex officio, devendo este ser concluído no prazo de 15 dias, em caso de indiciado preso, a contar da data da prisão.

110. Em se tratando de prisão em flagrante realizada de forma ilegal, será cabível o relaxamento de prisão, e não a concessão de liberdade provisória.

111. O Juiz pode determinar a juntada de documento ao processo, relativo a ponto relevante, ainda que sem requerimento das partes. Ademais, as partes sempre poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo.

112. Apresentado o preso em flagrante à autoridade competente, procederá esta à oitiva das testemunhas do fato e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita. Após, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

113. Nos termos da Lei n. 10.826/2003, os requisitos para aquisição de arma de fogo previstos devem ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 anos.

114. A ação penal prevista na Lei de Abuso de Autoridade só pode ser ajuizada após instauração do devido inquérito policial contendo todo o relato dos fatos ocorridos.

115. De acordo com a Lei dos Crimes Ambientais, após a apreensão, os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão necessariamente destruídos, de modo a desencorajar o consumo e uso.

116. Pedro, traficante conhecido, tinha como hábito transportar drogas em sua mochila até o ponto de venda, utilizando para isso transporte público. Considerando que a droga era apenas transportada dessa forma, é possível dizer que não está sujeito à causa de aumento de pena do art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006.

117. Nos termos do Decreto n. 6.347/2008, caberá ao Ministério da Justiça a função de avaliar e monitorar p Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP.

DIREITOS HUMANOS

Segundo a jurisprudência do STF em tema de direitos humanos, julgue o item seguinte.

118. O duplo grau de jurisdição é princípio constitucional expresso.

Em relação aos Direitos Humanos na Constituição Federal, julgue os itens seguintes:

119. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

120. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

QUESTÃO DISCURSIVA

(Cespe/Cebraspe – PF/2018 – Agente – Adaptada)

O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 (CF) dispõe que o Estado democrático se destina a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

A missão das forças policiais é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5.º, § 2.º, da CF). O cumprimento dessa missão exige preparo dos integrantes das corporações policiais, que devem perseguir incansavelmente a verdade dos fatos sem se afastar da estrita observância ao ordenamento jurídico vigente, que deve ser observado por todos, em respeito ao Estado democrático de direito.

Wlamir Leandro Motta Campos. Polícia Federal e o Estado democrático. Internet: (com adaptações).

O Brasil se efetivou como um país democrático de direito após a promulgação da CF — também chamada de Constituição Cidadã, por contar com garantias e direitos fundamentais que reforçam a ideia de um país livre e pautado na valorização do ser humano. Com a ruptura do antigo sistema ditatorial, o Estado tinha a necessidade de resgatar a importância dos direitos humanos, negligenciados até então, porquanto, desde 1948, havia-se erigido a Declaração Internacional dos Direitos Humanos no mundo.

Já no art. 1.º da CF, afirma-se a condição de Estado democrático de direito fundamentado em cidadania e dignidade da pessoa humana. O Brasil, por ser signatário de tratados internacionais de direitos humanos, tem como princípio, em suas relações internacionais, a prevalência dos direitos humanos.

Yara Gonçalves Emerik Borges. A atividade policial e os direitos humanos. Internet: (com adaptações).

A partir das ideias dos textos precedentes, que têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

O PAPEL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Em seu texto,

- Discorra sobre o papel constitucional e social da Polícia Rodoviária Federal e sua relação com os direitos humanos; [valor: 6,50 pontos]
- Cite contribuições da Polícia Rodoviária Federal relevantes para a manutenção do Estado democrático de direito, especialmente relacionadas aos direitos humanos; [valor: 6,50 pontos]
- Apresente sugestões de implantação de ações e(ou) projetos que possam contribuir futuramente para o aprimoramento da democracia brasileira. [valor: 6,00 pontos]

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva: [CLIQUE AQUI!](#)

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	